

Erros na doutrina da justificação reformada

Na doutrina da justificação reformada o pecador continua pecador mesmo após justificado, pois a justificação, para os reformados, é somente um 'status' de aceitação diante de Deus.

Erros na doutrina reformada da justificação

“E é evidente que, pela lei, ninguém é justificado diante de Deus, porque o justo viverá pela fé”. (Gálatas 3.11).

Introdução

Analisaremos, à luz das Escrituras, o apontamento 'Justificação e Mérito', que consta da Bíblia de Estudo de Genebra, de modo que, você, leitor, terá elementos para julgar se a doutrina reformada da justificação provém de Deus ou, não.

Cristo, a essência do evangelho

O primeiro parágrafo da Bíblia de Estudo de Genebra, do apontamento 'Justificação e Mérito', diz:

“A doutrina da justificação - o núcleo tormentoso da Reforma - era, para Paulo, o âmago do evangelho (Rm 1:17; 3:21-5:21; Gl 2:15-5:1), dando forma à sua mensagem (At 13.38-39) e à sua devoção (2Co 5.13-21; Fp 3.4-14). Ainda que outros escritores do Novo Testamento afirmem a mesma doutrina, em substância, os termos com que os Protestantes a têm afirmado e

defendido, por quase cinco séculos, são tirados, essencialmente, de Paulo.” Justificação e Mérito, Bíblia de Estudo de Genebra < http://www.monergismo.com/textos/justificacao/justificacao_merito_genebra.htm >, consulta realizada em 04/07/2020.

Para os editores da Bíblia de Estudo de Genebra, a doutrina da justificação é a essência do debate dos reformadores, porém, esse ‘núcleo tormentoso’, na verdade, é a defesa da predestinação para a salvação ou, para a danação eterna, tendo por base a soberania divina.

O âmago do evangelho, para o apóstolo Paulo, é Cristo, pois Ele é a base da justificação.

“O qual, por nossos pecados, foi entregue e ressuscitou para nossa justificação.” (Romanos 4.25).

O apóstolo dos gentios não se envergonhava das Boas Novas de Cristo, pois, o evangelho é poder de Deus para a salvação, visto que nele se descobre Cristo, a justiça de Deus (Romanos 1.16-17).

Cristo, a justiça de Deus, se manifestou segundo o anunciado, de antemão, pela lei e pelos profetas (Romanos 3.21), de modo que os cristãos buscam ser justificados em Cristo (Gálatas 2.16).

Como o apóstolo Paulo batalhava pelo evangelho (Filipenses 1.17 e 27), é nítido em suas epístolas, o contraponto entre graça e lei, espírito e carne, e o ponto nevrálgico da defesa do evangelho é a ressurreição de Cristo, a base da justificação.

O ensino do apóstolo Paulo era o mesmo ensinamento dos outros apóstolos, conforme o anunciado pelos profetas.

“Edificados sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, de que Jesus Cristo é a principal pedra da esquina;” (Efésios 2.20).

O que difere a abordagem do apóstolo Paulo, da abordagem dos outros apóstolos, é o público alvo e o objetivo da epístola, entretanto, o evangelho é o mesmo.

Mas, segundo o que alegam os editores da Bíblia de Estudo de Genebra, a doutrina da justificação anunciada pelos seguidores da reforma foi extraída dos

ensinamentos do apóstolo Paulo, visto que, não conseguem conciliar a abordagem paulina com a abordagem de Tiago.

“Vedes então que o homem é justificado pelas obras e não somente pela fé.” (Tiago 2.24);

“Sabendo que o homem não é justificado pelas obras da lei, mas, pela fé em Jesus Cristo, temos, também, crido em Jesus Cristo, para sermos justificados pela fé em Cristo e não pelas obras da lei; porquanto pelas obras da lei nenhuma carne será justificada.” (Gálatas 2.16).

Se os seguidores da doutrina reformada atinassem que o público das epístolas de Paulo e de Tiago são diferentes, veriam que não há contradição alguma entre os dois. Enquanto Tiago escreveu a cristãos convertidos do judaísmo, o apóstolo Paulo escreveu a cristãos convertidos dentre os gentios.

Ao falar dos judaizantes a Tito, o mesmo público alvo da epístola de Tiago, o apóstolo Paulo disse:

“Confessam que conhecem a Deus, mas, o negam com as obras, sendo abomináveis, desobedientes e reprovados para toda a boa obra.” (Tito 1.16).

Os contadores de fábulas judaicas diziam que ‘conheciam’ a Deus ou, seja, que tinham fé em Deus, porém, como não criam em Cristo, negavam a Deus com as suas obras, isso porque, se alguém diz que crê em Deus, deve crer também no seu Filho. Para ser justificado, o obediente confessa (palavra) e crê (obra) que Jesus é o Cristo.

“Quem crê no Filho de Deus, em si mesmo tem o testemunho; quem a Deus não crê, mentiroso o fez, porquanto, não creu no testemunho que Deus de seu Filho deu.” (1 João 5.10);

“Porque não ousarei dizer coisa alguma, que Cristo, por mim, não tenha feito, para fazer obedientes os gentios, por palavra e por obras;” (Romanos 15.18).

O homem que crê em Cristo é o justificado pelas obras, pois, realizou a obra de Deus, diferentemente, dos seguidores do judaísmo, que eram ‘homens de fé’, que diziam ter fé em Deus, mas, que não punham por obra o mandamento de Deus.

“E o seu mandamento é este: que creiamos no nome de seu Filho, Jesus Cristo, e nos amemos uns aos outros, segundo o seu mandamento.” (1 João 3.23);

“Jesus respondeu e disse-lhes: A obra de Deus é esta: Que creiais naquele que ele enviou.” (João 6.29);

“E eles vêm a ti, como o povo costumava vir, e se assentam diante de ti, como meu povo, e ouvem as tuas palavras, mas, não as põem por obra, pois, lisonjeiam com a sua boca, mas, o seu coração segue a sua avareza.” (Ezequiel 33.31).

Nas epístolas de Paulo, ser justificado pela fé, é ser justificado por Cristo, enquanto que, na epístola de Tiago, ser justificado pelas obras, é ser justificado por Cristo, tudo segundo a palavra do evangelho.

“Por isso, rejeitando toda a imundícia e superfluidade de malícia, recebei com mansidão a palavra em vós enxertada, a qual pode salvar as vossas almas.” (Tiago 1.21);

“E nos impedem de pregar aos gentios as palavras da salvação, a fim de encherem sempre a medida de seus pecados, mas, a ira de Deus caiu sobre eles, até ao fim.” (1 Tessalonicenses 2.16).

Conceito de justificação

Os editores da Bíblia de Estudo de Genebra apresentam o seguinte conceito de justificação:

“Justificação é o ato de Deus, pelo qual ele perdoa pecadores e os aceita como justos, por causa de Cristo. Por esse ato, Deus endireita, permanentemente, o anterior relacionamento alienado que os pecadores tinham com Ele. Essa sentença justificadora é a concessão, por Deus, de um status de aceitação de pecadores, por causa de Jesus Cristo (2Co 5.21).” Idem (grifo nosso).

Por justificação, os reformadores entendem que Deus perdoa os pecadores e os

aceita 'como' justos. Isto é o mesmo que dizer: embora esses pecadores 'perdoados' não sejam de fato justos, Deus os aceita, assim mesmo, por causa de Cristo. Perceba que a ação divina de justificar, descrita pelos editores da Bíblia de Estudo de Genebra, não recai sobre a pessoa do pecador, antes, altera o relacionamento do pecador com Deus. Nessa perspectiva, o pecador, ainda, é pecador, porém, através da sentença justificadora, é concedido por Deus somente um 'status' de aceitação.

O posicionamento dos reformadores, com relação à justificação, é de que Deus estabelece uma farsa, de modo que recebe por justos, homens que, de fato, não são justos.

Observe que, justificação, para Scofield, é Deus reconhecer e tratar o crente como sendo justo, porém, isso não significa que Deus tornou o crente justo.

“O pecador crente é justificado, isto é, tratado como justo (...) A justificação é um ato de reconhecimento divino e não significa tornar uma pessoa justa...” Bíblia de Scofield com Referências, Rm 3:28.

Para Charles C. Ryrie justificar significa:

“declarar que alguém é justo. Ambas as palavras em hebraico (sadaq) e em grego (dikaioō) significam ‘anunciar’ ou ‘pronunciar’ um veredicto favorável, declarar alguém justo. Esse conceito não implica fazer que alguém seja justo, mas, sim, apenas, anunciar a justiça” Ryrie, Charles Caldwell, Teologia Básica - Ao alcance de todos, traduzido por Jarbas Aragão - São Paulo: Mundo Cristão, 2004, pág. 345.

George Eldon Ladd entende a justificação, a partir do termo grego dikaioō, como sendo:

“‘declarar justo’, não transformar em justo’. Como veremos, a ideia principal, em justificação, é a declaração de Deus, o juiz justo, de que o homem que crê em Cristo, embora possa ser pecador, é justo - é visto como sendo justo, porque, em Cristo, ele chegou a um relacionamento justo com Deus” Ladd, George Eldon, Teologia do Novo Testamento, tradução de Darci Dusilek e Jussara M. Pinto, 1. Ed - São Paulo: Exodus, 97, pág. 409.

O argumento dos reformadores contraria flagrantemente o que foi dito pelo

apóstolo Paulo aos cristãos da Galácia:

“Pois, se nós, que procuramos ser justificados em Cristo, nós mesmos também somos achados pecadores, é porventura Cristo ministro do pecado? De maneira nenhuma.” (Gálatas 2.17).

Se o justificado em Cristo Jesus ainda é (entende, descobre, acha, vê) pecador, se faz necessário admitir que Cristo é ministro do pecado. Mas, como é impossível Jesus ser ministro do pecado, conclui-se que aqueles que procuraram ser justificados em Cristo, não são achados pecadores.

É de conhecimento que as palavras ‘justificar’, ‘justiça’ e ‘justificado’, são traduções de palavras gregas derivadas da raiz δικη (verbo: dikaiōo, tornar, declarar justo, justificar; substantivo: dikaiosunē, justiça, e adjetivo: dikaios, justo).

Quando Deus justifica (declara justo) o homem, é porque Ele criou um novo homem ou, seja, a declaração diz da condição do novo homem, criado, segundo Deus, santo e justo (Efésios 4.24) e, por isso, Deus o declara justo e reto.

A justificação bíblica diz da condição pertinente àqueles que creem (descansam) em Cristo, tendo, por base, a verdade do evangelho (fé), que, mediante um novo ato criativo de Deus, são criados de novo.

“Assim que, se alguém está em Cristo, nova criatura é; as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo.” (2 Coríntios 5.17).

O homem gerado em Adão é e sempre será culpável, diante de Deus. Quando esse homem crê em Cristo, se torna participante da morte de Cristo, de modo que é crucificado, morto e sepultado (Romanos 6.6). Quando o homem morre com Cristo, está justificado do pecado e, por Deus, é declarado justo.

“Porque aquele que está morto está justificado do pecado.” (Romanos 6.7).

Após morrer com Cristo, o crente é de novo criado, feito um novo homem, segundo o poder que ressuscitou Cristo dentre os mortos, portanto, justo, livre de culpa e de castigo. Quando o homem ressurgir com Cristo, Deus declara esse novo homem justo, por isso, é dito que Jesus ressurgiu, para que o crente pudesse ser justificado. A justificação só ocorre após o homem estar justificado do pecado ou, seja, quando ressurgir com Cristo uma nova criatura.

“O qual por nossos pecados foi entregue e ressuscitou para nossa justificação.” (Romanos 4.25).

A doutrina reformada não considera a morte e ressurreição com Cristo, ao tratar do tema, pois, pensa a justificação como redenção moral, não como livramento da condenação, decorrente da ofensa de Adão. Para o pensamento da reforma, a justificação não é uma mudança de fato, mas, somente de expectativa de direito, por isso, bate na tecla de que a justificação é um pronunciamento legal e não tornar a pessoa santa e justa, o que propõe a justificação como ficção legal: Deus declara como justas, pessoas que não são de fato justas.

Justo e justificador

Até os editores da Bíblia de Estudo de Genebra desconfiam da essência do pensamento deles, como se observa:

“O juízo justificador de Deus parece estranho, pois, declarar justificados os pecadores parece ser, exatamente, o tipo de ação injusta praticada por um juiz, que a própria lei de Deus o proíbe (Dt 25.1; Pv 17.15). Contudo, é um julgamento justo, porque sua base é a justiça de Jesus Cristo. Como o ‘último Adão’ (1Co 15.45), agindo em nosso favor, como nosso Cabeça representativo, Cristo cumpriu a lei que nos prendia e suportou o castigo que merecíamos pela desobediência à lei e, assim, ‘mereceu’ a nossa justificação. Por isso, nossa justificação tem base justa (Rm 3.25-26; 1Jo 1.9), com a justiça de Cristo creditada em nosso favor (Rm 5.18-19).” Idem. (Grifo nosso).

Para eles é estranho o fato de Deus ter dito que não justificaria o ímpio, ser o mesmo Deus que justifica o ímpio.

“De palavras de falsidade te afastarás e não matarás o inocente e o justo; porque não justificarei o ímpio.” (Êxodo 23.7);

“Mas, àquele que não pratica, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça.” (Romanos 4.5).

Mas, o fato é que Deus é justo e, Ele mesmo, é justificador, porém, como bem

disse o apóstolo Paulo, Deus é justificador daqueles que creem em Jesus ou, seja, que, por crerem em Cristo, o evangelho é a justiça de Deus, demonstrada, neste tempo presente, e por meio de justificação, são feitos nova criatura.

“Para demonstração da sua justiça, neste tempo presente, para que Ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus.” (Romanos 3.26).

A doutrina reformada apresenta a justificação como ‘juízo justificador’, e que, declarar um pecador, como se fosse justo, fosse resultado de um ‘juízo justo’, tendo por base a justiça de Cristo, não a justiça concedida por Deus aos que creem, por intermédio de Cristo.

Os reformadores não consideram que, da mesma forma que Cristo suportou os castigos que os pecadores mereciam na cruz, os pecadores, por sua vez, também devem tomar sobre si a sua própria cruz e seguirem após Cristo, levando também os seus vitupérios.

“E por isso, também, Jesus, para santificar o povo, pelo seu próprio sangue, padeceu fora da porta. Saíamos, pois, a ele fora do arraial, levando o seu vitupério.” (Hebreus 13.12-13).

Só quando o homem morre com Cristo estará justificado do pecado ou, seja, livre de condenação. Se não se tornar participante da carne e do sangue de Cristo (João 6.53-54), é impossível ser justificado do pecado, pois, Deus é justo e exige que a pena não passe da pessoa do transgressor.

“A alma que pecar, essa morrerá; o filho não levará a iniquidade do pai, nem o pai levará a iniquidade do filho. A justiça do justo ficará sobre ele e a impiedade do ímpio cairá sobre ele.” (Ezequiel 18.20).

Antes da justificação, se faz necessário ser justificado do pecado, o que só é possível morrendo com Cristo.

“Ou não sabeis que todos quantos fomos batizados em Jesus Cristo, fomos batizados na sua morte?” (Romanos 6.3);

“No corpo da sua carne, pela morte, para perante ele vos apresentar santos, irrepreensíveis e inculpáveis,” (Colossenses 1.22);

“Para conhecê-lo e, à virtude da sua ressurreição e à comunicação de suas

aflições, sendo feito conforme à sua morte;” (Filipenses 3.10).

Cristo, como a cabeça de homens espirituais, substituiu o ato de desobediência de Adão, por um ato de obediência, e se tornou a causa de eterna salvação para os que creem.

“E, sendo ele consumado, veio a ser a causa da eterna salvação, para todos os que lhe obedecem;” (Hebreus 5.9).

Cristo, ao ser consumado, é a causa da salvação do homem, porém, da mesma forma que Cristo foi obediente ao Pai, cada homem precisa obedecer ao mandamento de Deus, que é crer em Cristo, para alcançar misericórdia.

“E faço misericórdia a milhares dos que me amam e aos que guardam os meus mandamentos.” (Êxodo 20.6).

Abraão creu em Deus e foi obediente, em tudo, por isso, foi bem-aventurado. Cristo, o filho, se fez servo e foi obediente em tudo, e Deus o ressuscitou dentre os mortos. O pecador, da mesma forma, deve obedecer a Cristo para alcançar a bem-aventurança prometida.

“E, achado na forma de homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até à morte, e morte de cruz.” (Filipenses 2.8);

“Porquanto Abraão obedeceu à minha voz e guardou o meu mandado, os meus preceitos, os meus estatutos e as minhas leis.” (Gênesis 26.5).

A base da salvação é o mandamento de Deus, a fé, o evangelho, e só alcança a misericórdia anunciada, aqueles que obedecem a Deus ou, seja, que o amor e o crer foram ‘aperfeiçoados’.

“Sê tu a minha habitação forte, à qual possa recorrer, continuamente. Deste um mandamento que me salva, pois, tu és a minha rocha e a minha fortaleza.” (Salmos 71.3).

“E faço misericórdia a milhares dos que me amam e aos que guardam os meus mandamentos.” (Êxodo 20.6).

Por ‘aperfeiçoado’[\[1\]](#) entenda completo, perfeito, pleno, que alcançou o objetivo estabelecido, conforme se deve compreender do poder de Deus, que tem um fim,

uma finalidade, que é pleno.

“E disse-me: A minha graça te basta, porque o meu poder se aperfeiçoa na fraqueza. De boa vontade, pois, me gloriarei nas minhas fraquezas, para que em mim habite o poder de Cristo.” (2 Coríntios 12.9);

“Mas qualquer que guarda a sua palavra, o amor de Deus está nele verdadeiramente aperfeiçoado; nisto conhecemos que estamos nele.” (1 João 2.5);

“Bem vês que a fé cooperou com as suas obras, e que pelas obras a fé foi aperfeiçoada.” (Tiago 2.22);

“No amor não há temor, antes o perfeito amor lança fora o temor; porque o temor tem consigo a pena, e o que teme não é perfeito em amor.” (1 João 4.18).

O julgamento do último dia

Uma mentira não resiste às batidas persistentes de um martelo, como será evidenciada na análise do parágrafo seguinte:

“A decisão justificadora de Deus é, na prática, o julgamento do Último Dia, com relação ao lugar onde devemos estar na eternidade; essa decisão já é trazida para o presente e é pronunciada aqui e agora. É um juízo sobre o nosso destino eterno; Deus nunca voltará atrás, por mais que Satanás possa apelar contra o veredito (Zc 3.1; Rm 8.33-34; Ap 12.10). Estar justificado é estar eternamente seguro (Rm 5.1-5; 8.30).” Idem. Grifo nosso.

O julgamento do último dia não é o julgamento que decide qual o lugar que o homem passará a eternidade, mas, sim, o julgamento com relação às obras, uma espécie de ‘dosimetria’.

“E deu o mar os mortos que nele havia e a morte e o inferno deram os mortos, que neles havia e foram julgados, cada um, segundo as suas obras.” (Apocalipse 20.13).

O julgamento que decide o lugar que o homem deverá estar na eternidade se deu no passado, lá no Éden, portanto, é um equívoco gravíssimo afirmar que tal julgamento se dará no último dia.

Segundo o apóstolo Paulo, o juízo para condenação já foi estabelecido e, por isso, é oferecida salvação aos homens hoje, o dia sobremodo oportuno. É um contrassenso oferecer salvação hoje, se é no julgamento final que se decidirá o lugar que o homem passará a eternidade.

“E não foi assim o dom como a ofensa, por um só que pecou. Porque o juízo veio de uma só ofensa, na verdade, para condenação, mas, o dom gratuito, veio de muitas ofensas, para justificação. (...) Pois, assim como, por uma só ofensa, veio o juízo sobre todos os homens, para condenação, assim, também, por um só ato de justiça, veio a graça sobre todos os homens, para justificação de vida.” (Romanos 5.16 e 18).

O juízo, com relação ao lugar que os homens passarão a eternidade, já veio e o veredicto foi condenação. É por isso que, quem não crê em Jesus como salvador, já está condenado, diferentemente, da ideia, de que será condenado.

“Quem crê nele não é condenado, mas, quem não crê, já está condenado, porquanto, não crê no nome do unigênito, Filho de Deus.” (João 3.18);

“Disse-lhes Jesus: Se fôsseis cegos, não teríeis pecado, mas, como agora dizeis: vemos; por isso o vosso pecado permanece.” (João 9.41).

Jesus não veio para condenar o mundo, mas, para que o fundo fosse salvo por Ele, o que demonstra que, o mundo já estava debaixo de condenação.

“Porque Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele.” (João 3.17).

Fé: o meio para a justificação

A passagem Bíblia que diz, que o homem é justificado por meio da fé, é muito conhecida (Efésios 2.8), porém, os editores da Bíblia de Estudo de Genebra não a compreenderam, como se observa:

“O meio necessário para a justificação é a fé pessoal em Jesus Cristo, como Salvador crucificado e como Senhor ressurreto (Rm 4.23-25; 10.8-13). A fé é necessária porque o fundamento meritório de nossa justificação está totalmente em Cristo. Ao nos entregarmos a Jesus, em fé, ele nos concede seu dom da justiça, de modo que, no próprio ato de ‘fechar com Cristo’ - como os mais antigos mestres Reformados diziam -, recebemos o perdão e a aceitação divinos, que não podemos encontrar em nenhum outro lugar (Gl 2.15-16; 3.24).” Idem. (Grifo nosso).

O meio da justificação é o evangelho, mas, os reformadores leem o versículo, como se o apóstolo Paulo apontasse para o ato de crer em Cristo.

“Porque, pela graça sois salvos, por meio da fé e isto não vem de vós, é dom de Deus.” (Efésios 2.8).

O homem é justificado por Cristo, pois, Ele é o tema do evangelho, a fé manifesta (Gálatas 3.23), sendo Cristo o autor e consumidor da fé. O meio para a justificação é a pregação da fé, que, também, é denominada de espírito da fé, palavra da fé, mistério da fé, justiça da fé, obediência da fé, obra da fé, etc. (Gálatas 3.2 e 5; 5.5; Romanos 3.13; 10.8; 16.26; 1 Timóteo 3.9; 2 Tessalonicenses 1.11).

“Mas, que se manifestou agora, e se notificou pelas Escrituras dos profetas, segundo o mandamento do Deus eterno, a todas as nações para obediência da fé;” (Romanos 16.26).

A fé que é meio da justificação é objetiva, é uma pessoa, diz de Cristo, de modo que todo que n’Ele crê é justificado. Crer em Cristo é obedecer ao mandamento de Deus, pelo qual é anunciada a fé a todas as nações. Crer é uma questão subjetiva, de modo que ‘a fé pessoal em Jesus Cristo’ não é o meio de justificação.

“Pelo qual recebemos a graça e o apostolado, para a obediência da fé, entre todas as gentes pelo seu nome,” (Romanos 1.5).

Obedecer ao mandamento de Deus, que é crer em Cristo, é se render a Deus, na condição de servo. O homem se humilha, quando se apresenta à justiça, na condição de servo, tomando sobre si o jugo de Cristo.

“E de tudo o que, pela lei de Moisés, não pudestes ser justificados, por Ele é

[justificado todo aquele que crê.](#)” (Atos 13.39).

A questão levantada pela doutrina reformada, sobre o mérito de crer em Cristo, decorre do *‘núcleo tormentoso da reforma’*, que é a salvação pela predestinação. Ao afirmar a salvação, segundo a soberania divina, os pensadores reformados tiveram que adaptar todas as doutrinas bíblicas, como: arrependimento, regeneração, justificação, santificação e glorificação, ao pensamento que aponta a eleição e a predestinação, como base da salvação.

Segundo a doutrina reformada, se Deus escolhe e predestina quem será salvo, crer em Cristo não seria um ato livre do homem e, por isso, inventaram a graça irresistível, para afirmar que, se o homem cresse, livremente, em Cristo, teria mérito na salvação. A Bíblia afirma que é necessário ao homem crer para ser regenerado, enquanto que os reformados passaram a afirmar que Deus primeiro regenera o homem, para, só depois, poder crer.

O apóstolo Paulo nunca falou de mérito ao crer em Cristo, antes, indicou que, por meio do evangelho é salvo todo o que crê. Crer é obedecer e não há que se falar em mérito, quando alguém se faz servo. Quando o homem se faz servo, a obra e a glória pertencem, única e exclusivamente, ao seu Senhor!

O mérito não está em quem confia, mas, em quem é fiel e digno de confiança. Como Deus é fiel, o mérito em atrair a confiança dos crentes, pertence somente a Ele. Argumentar que, se o homem crer em Deus, através de Cristo, por livre iniciativa, teria mérito ou, que seria coparticipante na salvação, é solapar a fidelidade de Deus. Como Deus é fiel e Sua palavra digna de toda aceitação, o mérito de atrair a confiança é só de Deus.

[“Esta é uma palavra fiel, e digna de toda a aceitação, que Cristo Jesus veio ao mundo, para salvar os pecadores, dos quais eu sou o principal.”](#) (1 Timóteo 1.15);

[“Esta palavra é fiel e digna de toda a aceitação;”](#) (1 Timóteo 4.9).

Há mérito no homem por confiar que haverá amanhã ou, por confiar que o sol há de brilhar? Não! A base da confiança está na infalibilidade das leis naturais, de modo que o mérito está nas leis naturais e não no homem.

O argueiro no olho do irmão

No último parágrafo do apontamento, os editores da Bíblia de Estudo de Genebra fazem uma crítica ao posicionamento da Igreja Católica Apostólica Romana:

“A teologia católica romana histórica inclui a santificação na definição da justificação, considerada como um processo, ao invés de um único evento decisivo, e afirma que, embora a fé contribua para a nossa aceitação diante de Deus, nossas obras de satisfação e mérito devem contribuir também. Os católicos veem o batismo como portador da graça santificadora, que nos justifica, primeiramente. Depois, o sacramento da penitência permite que mérito suplementar seja alcançado, através das obras, assegurando a justificação se a graça da aceitação inicial por Deus se perder por causa de um pecado mortal. Esse mérito suplementar não obriga Deus a ser gracioso, embora, seja o contexto normal para recebê-lo. Segundo o conceito católico romano, os fiéis efetuam sua própria salvação, com a ajuda da graça que procede de Cristo, através do sistema sacramental da Igreja. Os Reformados ressaltaram que esse conceito da salvação solapa o sentido de confiança que, só a livre graça, pode oferecer àqueles que não têm méritos. Paulo já tinha mostrado que todos os seres humanos, seja qual for o grau de sua piedade, estão sem méritos e necessitam da livre justificação, para serem salvos. Uma justificação que precisa ser completada pelo beneficiado não oferece repouso sólido.” Idem.

São inegáveis os erros teológicos da Igreja Católica, com relação às doutrinas da justificação, da santificação, do batismo, da penitência e dos sacramentos, porém, os erros da doutrina católica não tornam a doutrina reformada menos perniciosa.

A Bíblia deixa evidente que justificação e santificação ocorrem em um único evento: na regeneração, quando Deus cria um novo homem, participante da natureza divina e, em verdadeira justiça e santidade (2 Pedro 1.4; 1 Pedro 1.3; Efésios 4.24).

A Bíblia é clara, ao demonstrar que a fé, que faz o homem agradável a Deus, é Cristo, pois Ele é o autor e consumidor do firme fundamento do que se espera e a prova das coisas que não se vêem. Essa fé é a palavra de Deus, pela qual o justo vive.

“Mas o justo viverá da fé; E, se ele recuar, a minha alma não tem prazer nele. Nós, porém, não somos daqueles que se retiram para a perdição, mas, daqueles que creem para a conservação da alma.” (Hebreus 10.38-39);

“E te humilhou, te deixou ter fome e te sustentou com o maná, que tu não conhecestes, nem teus pais o conheceram, para te dar a entender que o homem não viverá só de pão, mas, de tudo o que sai da boca do SENHOR, viverá o homem.” (Deuteronômio 8.3).

O batismo do cristão é na morte de Cristo e o batismo nas águas é uma admissão pública do que já ocorreu na vida de quem crê em Cristo.

“De sorte que fomos sepultados com Ele, pelo batismo na morte, para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos, pela glória do Pai, assim, andemos nós, também, em novidade de vida.” (Romanos 6.4);

“Sepultados com ele no batismo, nele, também, ressuscitastes, pela fé, no poder de Deus, que o ressuscitou dentre os mortos.” (Colossenses 2.12).

O chamado ‘sacramento da penitência’ não existe na Bíblia. Na verdade, o sacramento da penitência surgiu de má tradução do termo grego metanoia, que significa: mudança de pensamento, pensar diferente, reavaliar uma ideia, mudar de concepção, mudança de mentalidade, mudança de visão, mudança de opinião, mudança de propósito, etc.

Na vulgata latina, em lugar de traduzirem ‘metanoia’, por mudança de pensamento, traduziram-na em latim por ‘paenitentia’. Onde deveria constar: ‘Mudem de concepção’, escreveram: “Façam penitência” - *‘Pœnitentiam agite: appropinquavit enim regnum cœlorum’* (Fazei penitência, porque está próximo o Reino dos Céus - Mateus 4.17).

Com o passar do tempo, alguns tradutores ingleses passaram a utilizar o verbo correspondente ‘repent’ e o substantivo ‘repentance’, em lugar do ‘paenitentia’, evitando, assim, a concepção católica do mérito suplementar adquirido, através de atos de caridade, doações, indulgências, etc.

Verdade é que, da mesma forma que a doutrina Católica não reflete a essência da salvação em Cristo, a doutrina reformada, igualmente, solapa o sentido de salvação pela graça, por meio da fé. Enquanto o apóstolo Paulo fala que o

evangelho é poder de Deus para salvação, a doutrina reformada transfere esse poder para a soberania divina, e introduz um pensamento equivocado, acerca da doutrina da eleição e da predestinação.

Correção ortográfica: Pr. Carlos Gasparotto

[1] “5048 τελειω teleioo de 5046; TDNT - 8:79,1161; v 1) tornar perfeito, completar 1a) executar completamente, efetuar, finalizar, levar até o fim 2) completar (aperfeiçoar) 2a) acrescentar o que ainda está faltando a fim de tornar-se algo completo 2b) ser achado perfeito 3) levar até o fim (objetivo) proposto 4) realizar 4a) levar a um fim ou a realização do evento 4a1) das profecias das escrituras” Dicionário bíblico Strong.